

SÉRIE **MONOGRAFIAS DO CEJ**



Tributação ambiental: normas tributárias imantadas por valores ambientais

Pedro Francisco da Silva



JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal
Centro de Estudos Judiciários

Copyright © Conselho da Justiça Federal

Tiragem: 2.120 exemplares

É autorizada a reprodução parcial ou total desde que citada a fonte.

As opiniões expressas pelos autores não são necessariamente reflexo da posição do Conselho da Justiça Federal.

EQUIPE EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS

Jaqueline Aparecida Correia de Mello
Secretária

1140937

DIVISÃO DE EDITORAÇÃO DO CEJ

Milra de Lucena Machado Amorim
Diretora

Ariane Emílio Kloth
Chefe da Seção de Edição e Revisão de Textos

Luciene Bilu Rodrigues
Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Dulcinéia Mendes dos Santos
Servidora da Seção de Edição e Revisão de Textos

Elisa Maiby Carvalho Augusto
Estagiária

Diagramação e arte-final

Telma Cristina Ikeda Gondo
Servidora da Seção de Programação Visual e Arte-Final

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Seção de Serviços Gráficos da Secretaria de Administração do CJF

S586t Silva, Pedro Francisco da.

Tributação ambiental : normas tributárias imantadas por valores ambientais / Pedro Francisco da Silva. – Brasília : Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2018. 204 p. – (Série monografias do CEJ ; v. 32).

ISBN 978-858296027-1

1. Tributação ambiental, direito comparado. 2. Meio ambiente, taxas. 3. Proteção ambiental. 4. Sistema tributário. 5. Competência tributária. I. Série.

CDU 336.22:349.6

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 MEIO AMBIENTE NUMA SOCIEDADE DE RISCO.....	21
1.1 Proteção ambiental na sociedade de risco.....	22
1.2 Esboço político-social da sociedade de risco.....	25
1.3 Os papéis sociais na sociedade de risco.....	27
1.4 Ética e responsabilidade ambiental.....	31
1.5 Desenvolvimento sustentável.....	40
1.6 Classificação de meio ambiente.....	43
1.6.1 Meio ambiente natural.....	44
1.6.2 Meio ambiente artificial.....	46
1.6.3 Meio ambiente cultural.....	47
1.6.4 Meio ambiente do trabalho.....	48
1.7 Tributação como instrumento de intervenção ambiental.....	50
1.7.1 Direito tributário na formulação de políticas públicas...	51
1.7.2 Os diferentes modos de inclusão da variável ambiental na tributação.....	53
2 VARIÁVEL AMBIENTAL NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	57
2.1 Normas tributárias indutoras ambientais.....	58
2.1.1 Tributação pigouviana.....	58
2.1.2 Características das normas tributárias indutoras ambientais	61
2.2 Extrafiscalidade.....	65

2.2.1 Instrumentos técnico-fiscais para materialização da extrafiscalidade.....	68
2.3 Classificação de tributos ambientais a partir de sua regra- matriz de incidência.....	70
2.3.1 Tributos ambientais originários	70
2.3.2 Tributos ambientais derivados	73
2.4 Repartição de receitas tributárias orientada por critérios ambientais	76
2.5 Fundamentos constitucionais da tributação ambiental.....	77
2.6 Tributação ambiental como resultado da articulação de princípios.....	81
2.7 Princípios do direito ambiental.....	82
2.7.1 Princípio da cooperação.....	83
2.7.2 Princípio do desenvolvimento sustentável.....	84
2.7.3 Princípios da precaução e da prevenção	85
2.7.4 Princípio da função ambiental da posse e da propriedade	86
2.8 Princípios do direito tributário	87
2.8.1 Princípio da legalidade tributária.....	87
2.8.2 Princípio da igualdade tributária	88
2.8.3 Princípio da capacidade econômica.....	89
2.8.4 Princípio do não confisco	90
2.9 Inclusão da variável ambiental na tributação nacional	90
2.9.1 Vinculação de receita na tributação ambiental.....	92
2.9.2 Espaço para inclusão da variável ambiental na dinâmica da tributação.....	93
3 TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NA EXPERIÊNCIA ESTRANGEIRA E NACIONAL.....	95
3.1 Tributação ambiental no direito comparado.....	96

3.1.1	Grã-Bretanha	98
3.1.2	Alemanha	99
3.1.3	França	100
3.1.4	Suécia	101
3.1.5	Holanda.....	101
3.1.6	Dinamarca	102
3.1.7	Suíça	103
3.1.8	Espanha.....	104
3.1.9	Tributação ambiental na América do Norte	105
3.1.10	Tributação ambiental em outros continentes.....	107
3.2	Tributação ambiental no direito nacional.....	108
3.3	O ICMS ecológico	110
4	CRITÉRIOS E PROPOSTAS PARA POTENCIALIZAR A TRIBUTAÇÃO AMBIENTAL NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	113
4.1	Indução de comportamento ambiental por meio da tributação.	114
4.2	Tributação ambiental no contexto do Sistema Tributário Nacional.	116
4.3	Competência tributária das entidades federativas	118
4.4	Competência da União para instituição de impostos	119
4.4.1	Imposto sobre a importação – II	121
4.4.2	Imposto sobre a exportação – IE.....	122
4.4.3	Impostos sobre o comércio exterior como instrumento de proteção ambiental.....	123
4.4.4	Imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza – IR	127
4.4.5	Imposto sobre produtos industrializados – IPI.....	130
4.4.6	Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários – IOF	134

4.4.7	Imposto sobre propriedade territorial rural – ITR.....	140
4.4.8	Impostos sobre grandes fortunas – IGF	142
4.5	Competência da União para instituição de empréstimos compulsórios	143
4.6	Competência da União para instituição de contribuições.....	145
4.6.1	Contribuições sociais e suas subespécies.....	147
4.6.2	Contribuições de intervenção no domínio econômico – CIDE.....	150
4.6.3	Contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas – contribuições corporativas	152
4.6.4	Contribuições instituídas pela União como instrumentos de proteção ambiental.....	153
4.7	Competência tributária dos Estados e do Distrito Federal.....	159
4.7.1	Competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre transmissão <i>causa mortis</i> e doação, de quaisquer bens ou direitos – ITCD.....	160
4.7.2	Competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior – ICMS.....	163
4.7.3	Competência dos Estados e do Distrito Federal para instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores – IPVA.....	166
4.8	Competência tributária dos Municípios.....	168
4.8.1	Competência dos Municípios para instituir imposto sobre propriedade predial e territorial urbana – IPTU.....	169
4.8.2	Competência dos Municípios para instituir imposto sobre transmissão “ <i>inter vivos</i> ”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição – ITBI	172

4.8.3	Competência dos Municípios para instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar – ISSQN	175
4.9	Competências tributárias comuns das entidades federativas..	177
4.9.1	Competência para instituição de taxas	178
4.9.2	Competência para instituição de contribuição de melhoria.	181
4.9.3	Competência dos Municípios e do Distrito Federal para instituição da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública – Cosip.....	184
5	CONCLUSÃO	187
	REFERÊNCIAS.....	201